

SUSTENTABILIDADE: UMA ANÁLISE DA VARIÂNCIA POR SEGMENTO

Luiz Paulo Ciriaco da Silva – Faculdade Sociesc de Blumenau – luiz_paulo.silva@outlook.com

Michael Samir Dalfovo – Faculdade Sociesc de Blumenau – msdalfovo@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O conceito sustentabilidade cada vez mais tem se tornado útil para organizações visando dar suporte a processos econômicos, ambientais e sociais. O tema sustentabilidade tem despertado crescente interesse de pesquisadores e estudiosos da atualidade, em virtude das constantes mudanças às quais o meio ambiente está inclinado e, conseqüentemente, os reflexos produzidos, nas dimensões ambiental, econômica e social, atingem o ambiente organizacional e a sociedade como um todo. Este conceito não é somente um objetivo no nível macro, mas o principal conceito da Economia Ecológica. Justifica-se, assim, a abordagem do conceito de sustentabilidade com base em um enfoque transdisciplinar.

Elkington (2012, 2013) acredita que a sustentabilidade organizacional é a base que assegura que as ações de hoje não restrinjam as opções econômicas, sociais e ambientais para as futuras gerações e compreende que o desempenho organizacional é baseado em três pilares - o triple bottom line - os resultados econômicos, ambientais e sociais. Estes três pilares precisam estar em equilíbrio e inseridos na forma de eficaz, nas práticas de comércio uniforme e de inserção social, e na gestão ambientalmente correta. Elkington (2012, 2013) também ressalta que este não é um assunto somente para as grandes organizações, e sim de toda cadeia de negócios, passando pelas grandes e pequenos fornecedores e organizações.

O interesse sobre sustentabilidade é crescente, as questões referentes a estratégias, produção limpa, ecologia industrial, resíduos zero, eco eficiência, controle da poluição, , gestão ambiental, responsabilidade social, investimentos éticos, economia verde, consumo sustentável, (GLAVI; LUKMAN, 2007), entre inúmeros outros termos.

Este estudo fundamenta-se na medida em que os termos sustentáveis, desenvolvimento sustentável e sustentabilidade têm enfrentado nos últimos anos a necessidade de serem revistos, uma vez que a sociedade atual os utiliza ambigüamente e os confunde, em muitos casos, com a ideia de progresso, crescimento, maturidade ou riqueza (RÍOS-OSÓRIO et al., 2013).

Além de indicar os pontos principais que dificultam as empresas na implantação de um modelo sustentável, também considera a tecnologia como um item chave, pois ajuda na entrega de eficiência e transparência a população. Este tipo de iniciativa faz parte da geração de parceiras publico-privadas, em particular na procura por soluções em tecnologia e infraestrutura (GLOBESCAN; MRC MCLEAN HAZEL, 2007).

Atualmente as organizações precisam adotar políticas e práticas sustentáveis, isto vem acarretando uma maior procura e uso de modelos sustentáveis. Sendo assim torna-se necessário saber quais os principais desafios para as empresas na aplicação destes modelos de sustentabilidade empresarial. Desta forma, este estudo propõe examinar quais as vantagens na aplicação dos princípios da sustentabilidade nas organizações, bem como identificar as principais dificuldades ao implantar um modelo de sustentabilidade, constatando a existência dos princípios descritos por Oliveira et al.

(2012) e outros autores. Neste contexto, o objetivo deste artigo é de analisar se os fatores que tangem a sustentabilidade se diferenciam por segmento.

O presente artigo está subdividido em capítulo. O presente capítulo é a introdução que contextualiza o tema sustentabilidade. O próximo capítulo faz uma revisão de literatura sobre fatores que compõem a sustentabilidade. O capítulo de procedimento metodológicos norteia a fase empírica desse estudo. O capítulo de análise dos dados apresenta os resultados alcançados. O capítulo de considerações finais reflete os principais impactos identificados, bem como limitações do estudo e indicações para futuras pesquisas.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Conforme Barreto (2001) o conceito de sustentabilidade possui seus estudos baseados na academia e sua aplicação acontece através das interações do homem e dos recursos não renováveis, em virtude da evolução de seus processos produtivos para o consumo, a partir da exploração da natureza. As primeiras análises aconteceram em 1972 com a Declaração de Estocolmo e de Cocoyoc de 1974 que confirmaram o conceito e as propostas do Eco Desenvolvimento. Em 1980, isso foi reconhecido no documento "ESTRATÉGIA DE CONSERVAÇÃO MUNDIAL", desenvolvido pela União Internacional para a Conservação da Natureza. Em 1992, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (WCED) desenvolveu o conceito de desenvolvimento sustentável à medida que aquele que satisfaz as necessidades do presente sem prejudicar as habilidades das futuras gerações de satisfazerem suas necessidades, e favoreceu a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, ou Conferência do Rio em 1992 (ECO 92). Nessa ocasião foi desenvolvido o Plano de Ação para utilização nas nações, com janelas à redução dos problemas ambientais. As finalidades que levaram a defender a causa do desenvolvimento sustentável são de ordem econômica, política, social e ambiental.

Nos anos seguintes, as discussões em prol da sustentabilidade ganhou força não apenas em torno do grupo científico, mas também no campo midiático e governamental (Nascimento, 2012). Essas discussões resultaram na criação de diversas conferências mundiais que reuniram líderes de países desenvolvidos e não desenvolvidos, com propósito de discutir métodos para a conciliação entre o desenvolvimento econômico e a preservação do meio ambiente, ou seja, o estabelecimento de um desenvolvimento sustentável. Uma das principais referencia em termos de formalização desse novo conceito ocorreu em 1987, quando a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) lançou o documento Our Common Future. Este documento considera a definição de desenvolvimento sustentável como aquele “que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades” (Brundtland, 1987).

Estes debates começaram a se desenvolver e constituir compromissos por meio de planos e metas bem elaboradas somente em 1992, quando ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Cnumad) – conhecida como Rio-92, Eco-92 ou Cúpula da Terra. Neste acontecimento surgiram as bases para a definição de ações concretas para combater o aquecimento global, como, por exemplo, a Agenda 21 (1992) e o Protocolo de Kyoto (1997).

A partir da década de 1990 ficou evidente que a economia global passaria por grandes alterações em prol do cumprimento das metas ambientais. Nesse sentido, as corporações foram

obrigadas a reexaminar o modelo de gestão tradicional, em que a avaliação de uma empresa prezava somente por seu desempenho econômico. De acordo Elkington (1997), a partir daquele momento seria inevitável deixar de considerar a desempenho ambiental e social da companhia, além da financeira. Este novo conceito, que integra estas três esferas – social ambiental e econômica – nos valores e resultados de uma empresa, ficou conhecido como Triple Bottom Line (Elkington, 1997).

Segundo Vellani & Ribeiro (2009) o conceito “Triple Bottom Line” determina as linhas orientadas gerais do conceito de sustentabilidade. Este conceito aprofunda-se sobre a necessidade das empresas declinarem toda a sua atividade, não somente com a finalidade da produtividade com eficiência, custos e benefícios associados, mas sobre outros níveis, nomeadamente:

- **Econômico:** As empresas devem ser capazes de garantir que obtenham lucro, de maneira que operem com autonomia e poder na tomada de decisão. Exibir importância na profissionalização da gestão demonstra o seu valor, sustentando a produtividade e o valor da sua produção com eficiência e eficácia, jamais desvalorizando a transparência ao nível da gestão e contabilidade efetuada.
- **Social:** A Organização deve ser capaz de agir, seja nas atividades do dia-a-dia, ou nas parcerias que cria, em similaridade com os benefícios e sustentabilidade do planeta, desenvolvendo o seu trabalho em volta de valores humanos, como a educação, cultura, justiça social, lazer, segurança, entre outros, enfatizando a implementação de políticas pertinentes a boas práticas de valorização dos direitos humanos e dignidade do trabalhador.
- **Ambiental:** Atuar com base nos stakeholders internos e externos, procurar formas de colaborar para o bem-estar destes e de ir ao encontro das suas expectativas, priorizando as iniciativas de promoção de todo um sistema vivo de biodiversidade, e seu aperfeiçoamento, recorrendo a processos de reciclagem e preservação ambiental. Atualmente, a aplicação deste tipo de medidas é classificado como um fator de grande competitividade e sobrevivência organizacional. De acordo com Benites & Polo (2013) trata-se de um conceito que foi criado em 1994, mas somente adotado e difundido por Elkington em 1997, com a publicação do livro “Cannibals with forks; the triple bottom line of 21st century business”, onde se quebra a visão tradicional da gestão organizacional, em detrimento de uma nova ideologia mais abrangente.

Uma das premissas do desenvolvimento sustentável é promover a qualidade de vida da população e diminuir os impactos ambientais. Um Município sustentável promove qualidade de vida para os seus habitantes, e organiza futuras gerações com soluções que visam agregar aspectos ambientais e sociais (ROGERS, 2013). De acordo com Rotmans e Van Asselt (2000) dentre os diversos desafios e oportunidades que estão relacionadas as questões urbanas, destaca-se a mudança no papel das cidades na procura por desenvolvimento sustentável. Rotmans e Van Asselt (2000) ressaltam que antigamente as cidades eram vistas como “centro de criação de problemas” dado que produziam lixo em grande quantidade, altos níveis de poluição, grandes congestionamentos e origem de pobreza e criminalidade, mas com o passar do tempo, tornaram a ser entendidas como “centro de solução de problemas” uma vez que são promotoras do desenvolvimento da região e núcleos de inovação.

Entre as principais estimativas para esse desenvolvimento, ressalta-se o investimento em infraestrutura, destacando ao quesito da mobilidade urbana, que tem grande impacto na procura de competitividade. Além disto, a tecnologia também é considerada um quesito chave, pois ajuda entrega de eficiência e transparência aos habitantes. Este tipo de iniciativa faz parte da geração de parcerias publico-privadas, em particular na procura por soluções em tecnologia e infraestrutura (GLOBESCAN; MRC MCLEAN HAZEL, 2007).

Nesse entendimento, os desafios do desenvolvimento sustentável encontram-se cada vez mais centrado nas cidades. Alguns quesitos são ainda mais importantes, em especial, nos países de baixa e média renda, no qual a velocidade de urbanização é mais acelerada. Políticas adaptadas visando melhorar a vidas do cidadão urbano e rural, são de extrema necessidade (UNITED NATIONS, 2014).

Segundo Elkington (2012) os administradores que almejem atuar plenamente na missão da sustentabilidade, precisarão fiscalizar a desempenho atual e propósitos futuros para conquistar de fato. O conceito dos três pilares, econômico (*Profit*), ambiental (*Planet*) e Social (*People*). O pilar econômico é representado através do lucro da empresa, no pilar ambiental tendência maior visibilidade pelo fato das atividades positivas em diversos Países do mundo. Inúmeras empresas visam a eco eficiência buscando a plenitude nos compromissos ambientais, crescimento de acionistas, economia e contabilidade ambiental e a reestruturação tributária ecológica. O pilar social esta ligado a questões sociais, culturais, éticas, não estando o consenso dos envolvidos na comunidade do desenvolvimento sustentável. No pilar social também observa os efeitos sociais, investimentos propostos, capitalismo dos stakeholders, mas antes disso prioriza a ética nas empresas, o mercado justo, os direitos humanos e minorias.

Elkington (2013) e Munck (2014), ressaltam os desafios principais para a sustentabilidade organizacional, estão relacionados entre definir números, indicadores, auditorias e ferramentas para avaliação da sustentabilidade com objetivo no micro ou macro, mapas estratégicos, *frameworks* de mensuração, demonstrações resultados da sustentabilidade organizacional e a procura de medidas de gerenciamento sustentável, algumas dessas medidas são universais e outras específicas a determinadas empresas. A *Global Reporting Initiative (GRI)* determinou um modelo de relatório internacional de sustentabilidade que oferece às organizações diretrizes para disseminar informações dos pilares econômicos, ambientais e sociais.

Na área de gestão de pessoas dentro das empresas, a sustentabilidade leva um questionamento referente as competências necessárias para seu desenvolvimento e efetivação. Objetivando contribuir na evolução da sustentabilidade organizacional, os sistemas de gestão podem atrair, alimentar e desenvolver competências fundamentais para realização dos propósitos. De acordo com Fleury; Fleury (2004; 2005) e Jabbour; Santos (2008), o setor de recursos humanos necessita especificar e coordenar a relação entre competências organizacionais e individuais. Neste âmbito, o entendimento das competências, nas condições individuais dos gestores, que beneficiam a sustentabilidade organizacional, torna-se fundamental para o alcance das ações que possibilitem o desenvolvimento econômico, ambiental e social.

Compreende-se que a Visão do negócio são as estipulações das metas e ações para se conseguir os objetivos da organização e para isso precisa ter o comprometimento com essa visão de sustentabilidade organizacional. A Missão é o objetivo principal da empresa e precisa estar em sintonia com a missão de sustentabilidade econômica, ambiental e social. (STEFANO; ALBERTON, 2018)

A análise do ambiente externo deve considerar o macro e micro ambiente como os fatores econômicos, os fatores ambientais e os fatores sociais. Bem como as análises da sustentabilidade e das competências organizacionais requeridas (essenciais, distintivas e das unidades de negócios). Na esfera organizacional é fundamental as análises das capacidades internas, bem como na esfera da

sustentabilidade seu alinhamento com as competências individuais (saberes necessários para agregar valor econômico à organização e social ao indivíduo). (FLEURY; FLEURY, 2005) e (JABBOUR; SANTOS, 2008).

Segundo Thorlaksona, Zegherb e Lambincev (2018) durante décadas a população global requereu as empresas pela contribuição visando o avanço de uma economia global sustentável. No início as empresas retornaram através de iniciativas de responsabilidade social corporativa, visando abordar quesitos sociais ou ambientais, estímulos em suas operações ou em outras comunidades próximas. O objetivo de desenvolvimento sustentável, das Nações Unidas enfatiza o papel das cadeias de suprimentos corporativas visando uma economia global e sustentável. A cadeia de suprimentos na sustentabilidade, esta se tornando parte das estratégias das empresas para colaborar com o desenvolvimento sustentável.

Diante de uma sociedade em que prevalecem as grandes mudanças sociais e econômicas, tal como a sociedade atual, é essencial que as IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social) se consolidem não somente em qualidade e diversidade dos serviços prestados, como também ao grau da sua própria sustentabilidade. Tal encaminha para um objetivo constante e global no desenvolvimento de todas as IPSS, objetivo esse, que estabelece diretamente para as práticas de gestão. (AZEVEDO, 2012)

A organização precisa estipular seus objetivos organizacionais exclusivos, bem como os objetivos da sustentabilidade nas suas unidades de negócios. A empresa deve estipular suas macro-políticas de negócios, como as políticas de sustentabilidade da organização. Os fundamentos estratégicos críticos precisam ser definidos e alinhados com os fundamentos estratégicos críticos de sustentabilidade e competências. Enfim, a organização deve realizar a escolha das estratégias corporativas alinhadas às estratégias de sustentabilidade e competências para incluir no plano estratégico da organização assim concluir com a prática das ações estratégicas para a sustentabilidade. (STEFANO; ALBERTON, 2018)

Conforme Brei; Böhm (2011), a proposta de organização moderna consiste em preservar a produção de serviços e bens dirigidos ao acúmulo intermitentemente monetário e para a supercapitalização, absurdamente aptos de potencializar as ações sustentáveis corporativas. Para isso, o reconhecimento da informação possibilita a criação de textos, falas, imagens e sons (WODAK; MEYER, 2009) ampliando o discurso estratégico conveniente à ideologização do consumismo (BAUMAN, 1999) e os comportamentos de reprodução do capital (BREI; BOHM, 2011).

Conforme BM&FBovespa (2010) e Benites e Polo (2013) o método de incorporação da sustentabilidade nas empresas promove um elevado conjunto de benefícios que representa o nível da estratégia do negócio, o que pode acontecer de forma direta e indireta.

Identificação de novas oportunidades de negócio:

- Antecipação a pressões legais e da sociedade
- Redução dos custos de produção, decorrentes da diminuição de desperdícios e economia de consumos
- Maior atração e retenção de talentos
- Facilidade no acesso ao capital
- Menor exposição a riscos
- Impacto positivo na reputação (ativos intangíveis)

- Fidelização de consumidores
- Melhor alinhamento interno com relação a práticas e políticas adotadas Figura 1: Benefícios que geram a incorporação da sustentabilidade. (BENITES; POLO 2013)

Segundo Benites; Polo (2013) a implantação do processo de sustentabilidade a nível organizacional, pela posterior implementação do conceito “Triple Bottom Line”, é um processo que traz consigo mudanças do modelo institucional, ou seja, de crenças, valores e de toda uma cultura antes implementada. As visões até agora dominavam nas organizações, que visava a produção de bens e prestação de serviços, visando maior lucro e a competição pela demonstração dos melhores preços no mercado, apresenta-se agora como uma visão ineficaz e reducionista. A preservação dos valores, como a preservação dos direitos do trabalhador, consumidor e dos recursos não renováveis, são encaradas como um acréscimo as ideologias já implementadas para a credibilidade, aquisição de capital e as diferenciações a nível de mercado. A implantação destas medidas, apresenta-se associadas a boas praticas de gestão corporativa, procedente de uma atitude transparente, de igualdade e responsabilidade corporativa.

De acordo com Araújo et al. (2006), a sustentabilidade organizacional são as ações que as organizações realizam pensando na promoção de programas sociais e à redução dos impactos ambientais e se sustentando economicamente duradoura no mercado. Araújo et al. (2006) afirma que uma organização ecologicamente sustentável está atuando de forma socialmente responsável acatando o interesse dos stakeholders que afetam ou são afetados por suas atividades, Nidumolu, Prahalad and Rangaswami (2009) e Lange, Busch e Delgado-Ceballos (2012), completam e afirmam que a busca pela sustentabilidade não precisa e nem é financeiramente irrealizável como muitos empresários e organizações avaliam ser, refletir e agir sustentavelmente pode diminuir custos e aumentar as receitas, sendo o apoio para inovações, percebe-se assim a sustentabilidade como um diferencial competitivo para as organizações, proporcionando uma maior eficiência e ganhos de desempenho através da inovação.

Segundo Lameira et al. (2012), em seus estudos com 205 empresas abertas brasileiras confirma em seus resultados que foi possível colocar que organizações que possuem condutas sustentáveis têm melhores desempenhos financeiros e menores riscos, logo foi possível concluir que a maior sustentabilidade anda junto com a melhor gestão, assegurando que sustentabilidade tem valor para as organizações.

Neste mesmo sentido Wals e Schwarzin (2012), asseguram que a sustentabilidade é parte das pessoas envolvidas na organização e que é grande a importância da aprendizagem envolvida nos conceitos que abrangem a sustentabilidade e que é indispensável educação dos colaboradores e para confirmar Oliveira et al. (2012), em seus estudos comprovam cinco princípios necessários para que ocorra uma melhor fundação da sustentabilidade nas organizações. São eles: Inclusão de profissionais motivados para a sustentabilidade; Incentivar iniciativa voluntária dos profissionais da organização; e sua participação no planejamento estratégico; Desenvolvimento e implantação de indicadores estratégicos, táticos e operacionais (nos âmbitos social, econômico e ambiental); Elaborar procedimento interno de participação dos diversos níveis hierárquicos na elaboração dos objetivos e metas estratégicos vinculados à sustentabilidade organizacional; Constituir conexão entre o plano de desenvolvimento de carreira ao engajamento dos profissionais à sustentabilidade organizacional.

As organizações não tem que apenas buscar o lucro e somente confiar em seu capital financeiro, mas, se preocupar também com seu capital humano, natural e social que envolve o negócio

e o seu ambiente de atuação. Existe uma relação entre a sustentabilidade e inovação para poder conseguir grandes inovações, explorar ação no desenvolvimento ou no aprimoramento de seus processos. As práticas sustentáveis são utilizadas como forma de fontes de estímulo para a organização que almeja se desenvolver ou evoluir. É provável que a empresa encontre oportunidades na sustentabilidade para empregar a seu favor. (GOBBLE, 2012).

Para Gobble (2012) cada vez mais a sustentabilidade está ocupando as empresas de alguma forma, oferecendo um novo modelo de fazer negócios. As empresas que adotam este modelo sustentável acabam se tornando mais competitivas. Gobble (2012) explica que é através disso que a sustentabilidade tem se tornado de grande a relevância no mercado dos negócios.

Os métodos para solucionar os empecilhos inerentes da sustentabilidade não será uma das barreiras para as organizações e sim para acarretar vantagens. Um dos benefícios pode ser o econômico na forma de diminuição de despesa de material de entrada e reduzir em multas ambientais. Uma vantagem estratégica pode ser a melhora da imagem da organização, aumentando o portfólio dos produtos, o acréscimo da produtividade, o acesso nos mercados externos, o aperfeiçoamento da relação com os stakeholders e se preocupar como meio ambiente. (DONAIRE, 1999)

Para Lobo et al (2015), é imprescindível que as organizações tenham consciência de sua importância e responsabilidade na gestão ambiental, tendo por objetivo controlar e reduzir a destruição e poluição do meio ambiente, com reaproveitamento de materiais que estão sendo perdidos e melhor utilização dos recursos naturais. Para os autores, “a Gestão Ambiental não é valorizada como deveria, pois não têm acompanhamento e coordenação no investimento financeiro para gerência do desenvolvimento econômico e ambiental”, necessitando planejar melhor a forma de tratar os problemas (LOBO et al, 2015).

Para que aconteça a sustentabilidade nas organizações é indispensável que todos os elos estejam bem, o financeiro para estar bem, é preciso que o social e o ambiental também estejam. Confirmando com Lehtonen (2004), Careon e Silva (2010) efetivaram um estudo com 32 micro e pequenas empresas da cidade de São Paulo – SP, onde verificaram a dificuldade em implantar os conceitos da sustentabilidade e que é especialmente no elo social o maior problema e o principal motivo foi o desconhecimento por parte dos colaboradores de conceitos de sustentabilidade, além da falta de interesse e da percepção que é trabalho desnecessário, pois não impactará no resultado financeiro da organização, o que demonstra a necessidade de educação de todos os stakeholders, quando da implantação dessa metodologia.

Quadro 01: Estudos Correlatos e Formação das Variáveis que Compõem o Tema Sustentabilidade.

Autores	Objetivo	Segmento	Itens
Stefano e Alberton (2018)	Apresentar e discutir um modelo de alinhamento entre estratégia da organização e competências para sustentabilidade	Proprietários de Empresa do Varejo	Estratégia Organizacional; Sustentabilidade Corporativa; Competências para Sustentabilidade;

Costa et al (2018)	Identificar as principais características da produção científica internacional relacionada a esta temática nos últimos dez anos	Cientistas / Estudiosos	Sustentabilidade Indicadores de Sustentabilidade; Modelo Sustentável;
Rodrigues e Anjos (2018)	Apresentar a necessidade de compreender como os recursos da CFEM estão sendo aplicados e o acompanhamento da real destinação econômica para finalidade social e ambiental	Diretores	Sustentabilidade Econômica; Influencias; Decisão;
Santos e Marquesan (2018)	Analisar os discursos tidos como sustentáveis emitidos por três grandes construtoras responsáveis pela execução, divulgação e comercialização de imóveis certificados	Três empresas	Sustentabilidade Corporativa; Modelo Sustentável; Marketing Sustentável;
Cunha et al (2018)	Discorrer sobre materialidade e assegurar de relatórios socioambientais emitidos pelas organizações	Gerentes	Sustentabilidade Organizacional; Perfil; Influências; Decisão
Qian et al (2018)	Contribuir para o desenvolvimento de pesquisa de turismo sustentável e orientar as práticas da indústria	Bibliometria	Ciência da Sustentabilidade; Demonstrações Socioambientais;
Alshehhi et al (2018)	Análise da literatura sobre o impacto da sustentabilidade no desempenho financeiro das empresas	Bibliometria	Sustentabilidade Corporativa; Marketing Sustentável; Gestão Analítica Sustentável;
Tang et al (2018)	Realiza uma análise bibliométrica sistemático SUS	Bibliometria	Práticas sustentáveis; Sustentabilidade Corporativa; Turismo Sustentável;
Thorlaksón et al (2018)	Estudar práticas de abastecimento sustentável (SSPs) das empresas, definidas como práticas que as empresas buscam para melhorar a gestão social e / o	Bibliometria	Sustentabilidade Econômica, ambiental e Social; Metas de Desenvolvimento Sustentável;

	ambiental das atividades de seus fornecedores		
Cunha e Nogueira (2019)	Proporcionar melhor compreensão e aplicabilidade do termo sustentabilidade na prática institucional	Bibliometria	Gestão Integrada de Sustentabilidade; Produção e consumo sustentáveis; Desenvolvimento Sustentável.

Fonte: Construído a partir da revisão da literatura (2019).

Ao analisar o Quadro 01 que corresponde aos estudos empíricos acerca da temática Sustentabilidade: uma análise da variância por porte em empresas de comércio e serviço percebe-se que uma das premissas do desenvolvimento sustentável é promover a qualidade de vida da população e diminuir os impactos ambientais. Entre as principais estimativas para esse desenvolvimento, ressalta-se o investimento em infraestrutura, destacando ao quesito da mobilidade urbana, que tem grande impacto na procura de competitividade. Além de indicar os pontos principais que dificultam as empresas na implantação de um modelo sustentável, também considera a tecnologia como um quesito chave, pois ajuda entrega de eficiência e transparência aos habitantes. Este tipo de iniciativa faz parte da geração de parceiras público-privadas, em particular na procura por soluções em tecnologia e infraestrutura (GLOBESCAN; MRC MCLEAN HAZEL, 2007).

Nesse entendimento, os desafios do desenvolvimento sustentável encontram-se cada vez mais centrado nas cidades. Alguns quesitos são ainda mais importantes, em especial, nos países de baixa e média renda, no qual a velocidade de urbanização é mais acelerada. Políticas adaptadas visando melhorar a vidas dos cidadãos urbanos e rurais, são de extrema necessidade (UNITEDNATIONS, 2014).

Quanto ao segmento, percebe-se quem em sua maioria os estudos se delinearão para profissionais no mínimo em cargo de gerência. Além disso o tema é muito explorado internacionalmente, diversos estudos foram percebidos principalmente no varejo e no campo da tecnologia da informação. Foi constatado que estratégia organizacional é o conjunto estabelecido pela missão e pela visão, com objetivos de longo prazo e as metas de curto prazo, com políticas e programas de ação estabelecida dentro de uma continuação levando em consideração a aplicação de recursos correspondentes a cada programa, tudo determinado pelos estrategistas ou gerentes responsáveis pela elaboração da estratégia da organização, garantir a sustentabilidade financeira de uma empresa ajusta na criatividade e na capacidade das empresas se reinventarem, frente às adversidades do cotidiano, dando preferência à relevância social e à credibilidade e legalidade diante os seus financiadores. Para isto, a sustentabilidade deve ser vista sobre duas dimensões: o enfoque gerencial e o enfoque sistêmico.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta etapa apresentam-se os procedimentos metodológicos utilizados para obter as informações necessárias para conclusão desse estudo. São demonstrados a maneira que a amostra estudada foi selecionada e como os dados foram coletados.

Quanto ao objetivo desta pesquisa a mesma classifica-se como descritiva. As pesquisas descritivas têm como objetivo principal a descrever as características de determinada população, ou o estabelecer relações entre variáveis. (GIL1999)

Esta pesquisa possui abordagem quantitativa. Segundo Mattar (2001), a pesquisa quantitativa procura a validação das hipóteses por meio da utilização de dados estruturados, estatísticos, com estudo de um grande número de casos significativos, recomendando um curso final da ação. Ela quantifica as informações e generaliza os resultados da amostra para os envolvidos.

O método de coleta adotado no estudo caracteriza-se como um survey. A pesquisa survey é o método utilizado para conseguir dados ou informações referente ações e opiniões de uma determinada população, para isso, escolhe uma população alvo, que é chamado de amostra e geralmente utiliza-se de um questionário como instrumento de pesquisa. (BABBIE, 1999)

Neste estudo foi utilizado como instrumento de coleta o questionário. O questionário utilizado buscou identificar os fatores que compõem o tema Sustentabilidade: Uma análise da variância por segmento. O modelo foi aplicado por meio eletrônico ou inquérito. O questionário possui XX questões e utilizou escala likert de 7 pontos.

Figura 1 - Escala Likert

Discordo Totalmente				Concordo Totalmente		
1	2	3	4	5	6	7

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

A escala possui o nível 1, discordo totalmente, ao 7, concordo totalmente. Os entrevistados responderam de acordo com seu nível de concordância com a questão.

A população do estudo são empresas do Ramo de comercio e serviço de uma determinada região do sul do Brasil. A amostra utilizada para esta pesquisa é do tipo não probabilística por conveniência. A amostragem não probabilística baseia-se no julgamento do pesquisador e não na possibilidade de selecionar os dados amostrais. O pesquisador pode decidir aleatoriamente ou conscientemente, quais serão os dados a serem incluídos na amostra. As amostras não probabilísticas podem apresentar boas estimativas das características da população, mas não concede uma avaliação objetiva da exatidão dos resultados amostrais. (MALHOTRA 2001)

Para definição da quantidade de respostas foi utilizado o cálculo de erro amostral apresentado por Barbetta (2002) considerando a população como infinita e erro amostral de 5% obteve um total mínimo de 400 respondentes conforme apresenta o cálculo:

$$N_o = 1/e^2 - N_o = 1/(5\%)^2 - N_o = 1/(5/100)^2 - N_o = 1/(0,005)^2 - N_o = 1/(0,0025) - N_o = 400$$

A análise dos dados ocorreu via software SPSS por meio da estatística descritiva. De acordo com Marconi; Lakatos (1996), o objetivo da estatística descritiva é de representar, de forma resumida e compreensível, a informação composta num conjunto de dados. Esta função, que adquire ampla importância quando o volume de dados é grande, cumpre-se na elaboração de tabelas e de gráficos, e no cálculo de proporções ou indicadores que representam convenientemente a informação composta nos dados.

Para validar os fatores nas dimensões propostas foram utilizados os testes estatísticos por meio do software SPSS. Hair Jr. et al (2009) descreve que a análise fatorial exploratória é empregada na identificação de agrupamentos entre as respostas obtidas das questões sobrepostas. Para que esta

análise possa acontecer é necessário que o modelo seja avaliado primeiro isoladamente e após em conjunto. É imprescindível a análise fatorial exploratória e confirmatória para a validação do modelo de análise (HAIR, JR; et al, 2009). Neste estudo optou-se diretamente para análise confirmatória em virtude de os fatores utilizados no questionário já ter sido validados no estudo de Elkington (2013) e Munck (2014). Desta forma, entende-se que todas as questões e seus respectivos grupos são existentes e se procedeu a análise confirmatória. Nesse tipo de análise foram consideradas as estimativas dos valores para os testes estatísticos, índices de ajustes do modelo proposto no estudo como GFI, AGFI, Qui-Quadrado sobre Graus de Liberdade, PNFI, TFI, CFI, RMSEA estão de acordo como recomendado pelo autor (HAIR, JR. *et al*, 2009).

REFERÊNCIAS

- BARBETTA, P. A. **Estatística aplicada as Ciências Sociais**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2002.
- HAIR JR, J. F.; et al. **Análise Multivariada de Dados**. Porto Alegre: Bookman, 2009.
- GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.
- MATTAR, F. N. Pesquisa de marketing. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- BABBIE, Earl. **Métodos de Pesquisas de Survey**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- MALHOTRA, N. Pesquisa de marketing. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração e interpretação de dados. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.
- ELKINGTON, J. Canibais com Garfo e Faca. Edição histórica de 12 anos. São Paulo, M. Brooks, 2012.
- ELKINGTON, J. Tomorrow's C-Suite Agenda. The Oxford Handbook of Business and The Natural Environment. Oxford University. 2013, p. 639-646.
- GLAVIC, P.; LUKMAN, R. Review of sustainability terms and their definitions. Journal of Cleaner Production, v.15, p.1875-1885, 2007.
- RÍOS-OSÓRIO, L. A. et al. The concept of sustainable development from an ecosystem perspective: history, evolution, and epistemology. In: YÁÑEZ-ARANCIBIA, A. et al. Ecological Dimensions for Sustainable Socio Economic Development. 1st ed. Southampton, UK: WIT Press, 2013.
- YOLLES, M.; FINK, G. The Sustainability of Sustainability. Business Systems Review, v. 3, n. 2, p. 1-32, 2014.
- BOLIS, I.; MORIOKA, S. N.; SZNELWAR, L. I. When sustainable development risks losing its meaning. Delimiting the concept with a comprehensive literature review and a conceptual model. Journal of Cleaner Production, v. 83, p. 7-20, 2014.

BARRETO, M. L. Sobre a Sustentabilidade da Mineração no Brasil. Rio de Janeiro: CETEM/MTC, 2001.

Vellani, C., & Maisa Ribeiro. (2009). Sustentabilidade e Contabilidade. IX Simpósio de Administração da Produção, Logística e Operações Internacionais (SIMPOI) (pp. 187- 206). São Paulo: Editora Científica Sandra Rolin Ensslin.

Benites, L., & Polo, E. (2013). A Sustentabilidade como Ferramenta Estratégica empresarial: Governança Corporativa e Aplicação do Tripé Bottom Line in Masisa. São Paulo: Santa Maria.

ROGERS, R. Prólogo de Richard Rogers. In: GEHL, J. Cidades para pessoas. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

ROTMANS, J.; VAN ASSELT, M. Towards an integrated approach for sustainable city planning. Journal of Multi-Criteria Decision Analysis, v. 9, p. 110-124, 2000.

GLOBESCAN; MRC MCLEAN HAZEL. The megacity challenges: a stakeholder perspective. Munique: Siemens, 2007. Disponível em: . Acesso em: 30 abr. 2019

UNITED NATIONS. World Urbanization Prospects: revision 2014. New York: United Nations, 2014. Disponível em: . Acesso em: 30 abr. 2019

MUNCK, L. Gestão da sustentabilidade nas organizações: um novo agir frente a lógica das competências. São Paulo: Cengage Learning, 2014

FLEURY, A. C. C.; FLEURY, M. T. L. Estratégias empresariais e formação de competências: um quebra-cabeça caleidoscópico da indústria brasileira. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

FLEURY, M. T. L.; FLEURY, A. C. C. In search of competence: aligning strategy and competences in the telecommunications industry. The International Journal of Human Resource Management, v.16, n. 9, p. 1640-1655, 2005.

JABBOUR, C. J. C.; SANTOS, F. C. A. The central role of human resource management in the search for sustainable organizations. The International Journal of Human Resource Management. v.19, n.12, p. 2133-2154, 2008.

STEFANO, S. R.; TEIXEIRA, G. Desenvolvimento Sustentável nas Organizações: Programas do Banco do Brasil. Revista Competitividade e Sustentabilidade, ComSus, v. 1, p. 46-61, 2014.

GONÇALVES, M. F.; STEFANO, S. R.; BACCARO, T. A. Sustentabilidade Organizacional e suas Relações com a Gestão Estratégica de Pessoas: Um Estudo de Caso em uma Cooperativa Agroindustrial. Revista de Administração da Unimep, v. 15, n. 3, p. 51-73, 2017.

Azevedo, C., & Franco, R. (2012). Gestão e Planejamento Estratégico nas OSFL. Em C. Azevedo, & R. M. Franco, Gestão de Organizações Sem fins Lucrativos. Porto: Impulso Positivo.

Benites, L., & Polo, E. (2013). A Sustentabilidade como Ferramenta Estratégica empresarial: Governança Corporativa e Aplicação do Tripé Bottom Line in Masisa. São Paulo: Santa Maria

Armani, D. (2001). O Desenvolvimento Institucional das ONG's no Brazil. Em S. d. Ministério da Saúde (Ed.), AIDS e Sustentabilidade: sobre ações das Organizações da sociedade Civil/ coordenação nacional de DST e AIDS. Brasília: Ministério da Saúde.

Carvalho, J. M. (2005). Organizações não lucrativas - Aprendizagem Organizacional, Orientações de Mercado, Planejamento Estratégico e Desempenho. Lisboa: Edições Sílabo.

Teixeira, P. (2012). Avaliação nas OSFL. Em C. Azevedo, R. Franco, & J. Menezes, Gestão de Organizações sem fins lucrativos - O desafio da inovação social. Porto: Impulso Positivo.

Dias, C., & Rodrigues, R. (2002). Avaliação de Impacto nas Organizações do Terceiro Setor: uma Abordagem baseada na Teoria dos Stakeholders . Encontro de Estudos Organizacionais. Recife: Observatório da Realidade Organizacional: IPROAD/UFPE:ANPAD.

ALBUQUERQUE, L. G. A gestão estratégica de pessoas. In: Fleury, M. T. L (Org.). As pessoas na organização. São Paulo: Editora Gente, p. 35-50, 2002.

CARVALHO, A. C. V; STEFANO, S. R.; MUNCK, L. Competências voltadas à Sustentabilidade Organizacional: um estudo de caso em uma indústria exportadora. Gestão & Regionalidade (Online). v.3, n.1, p. 33-48, 2015.

Nascimento, E. P Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico, 26, 51-64, 2012.

Brundtland, G. H. Our common future – Call for action. Environmental Conservation, 14, 291-294, 1987.

ARAÚJO, G. C.; BUENO, M. P.; SOUSA, A. A.; MENDONÇA, P. S. M. Sustentabilidade empresarial: Conceitos e Indicadores. In: CONGRESSO ONLINE, 3, 2006, Anais... III CONVIBRA, 2006, p. 1-20

NIDUMOLU, R., PRAHALAD, C. K.; RANGASWAMI, M. R. Why sustainability is now the key driver of innovation? Harvard Business Review, v. 87, n. 9, p. 56-64, 2009.

LANGE, D. E.; BUSCH, T.; DELGADO-CEBALLOS, J. D. Sustaining Sustainability in organizations. Journal of Business Ethics, v. 110, n. 2, p. 151-156, 2012

LAMEIRA, V. J.; NESS, V. L. J.; QUELHAS, O. L. G.; PEREIRA, R. G. Sustentabilidade, valor, desempenho e risco no Mercado de capital brasileiro. Revista Brasileira de Gestão de Negócios, v. 15, n. 46, p. 76-90, 2013.

WALS, A. E. J.; SCHWARZIN, L. Fostering organizational sustainability through dialogic interaction. The Learning Organization, v. 19, n. 1, p. 11-27, 2012.

CAMPOS, L. M. S.; SEHNEM, S.; OLIVEIRA, M. A. S.; ROSSETTO, A. M.; COELHO, A. L. A. L.; DALFOVO, M. S. Relatório de sustentabilidade: perfil das organizações brasileiras e estrangeiras Segundo o padrão da Global Reporting Initiative. Revista Gestão e Produção, São Carlos, v. 20, n. 4, p. 913-926, 2013.

GOBBLE, M. A. M. Innovation and sustainability. Research Technology Management. v. 55, n. 5, p. 64-66, sep./out. , 2012.

LOBO, P. D. Q.; ESTENDER, A. C.; PATTI, F.; BARBOSA, L. Conscientização ambiental nas organizações e sustentabilidade. Revista de Administração do UNISAL, v. 5, n. 7, 2015.

CAREON, L. H.; SILVA, S. F. Sustentabilidade ambiental nas organizações: Sustentabilidade empresarial para a micro e pequena empresa. XIII SEMEAD - SEMINÁRIOS DE ADMINISTRAÇÃO DA FEA USP. Anais... São Paulo, 2010.

DONAIRE, Denis. Gestão Ambiental na Empresa. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1999.